



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO INFANTIL

MÉRCIA CRISTINA BORGES DOS ANJOS

**A CORRELAÇÃO ENTRE CUIDAR E EDUCAR A PARTIR DO OLHAR DE
MONITORAS E PROFESSORAS DE CRECHE.**

Tocantinópolis (TO)
2022

MÉRCIA CRISTINA BORGES DOS ANJOS

**A CORRELAÇÃO ENTRE CUIDAR E EDUCAR A PARTIR DO OLHAR DE
MONITORAS E PROFESSORAS DE CRECHE.**

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – *Campus* de Tocantinópolis, para obtenção do título de Especialista em Educação Infantil, sob orientação da Profa. Dra. Arinalda Silva Locatelli.

Tocantinópolis (TO)
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A599c Anjos, Mércia Cristina Borges dos.
A Correlação entre Cuidar e Educar a partir do olhar de Monitoras e Professoras de Creche. / Mércia Cristina Borges dos Anjos. – Tocantinópolis, TO, 2022.
30 f.

Artigo de Especialização - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pós-Graduação em Educação Infantil, 2022.

Orientadora : Arinalda Silva Locatelli

1. Educação Infantil. 2. Cuidar e Educar. 3. Monitoras e Professoras de Creche. 4. Trabalho Docente. I. Título

CDD 370.10542

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


MÉRCIA CRISTINA BORGES DOS ANJOS

A CORRELAÇÃO ENTRE CUIDAR E EDUCAR A PARTIR DO OLHAR DE
MONITORAS E PROFESSORAS DE CRECHE.

Artigo foi avaliado e apresentado à UFT –
Universidade Federal do Tocantins, *Campus* de
Tocantinópolis, Curso de Especialização *lato sensu*
em Educação Infantil, para obtenção do título de
Especialista e aprovado em sua forma final pela
Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 16/08/2022.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 ARINALDA SILVA LOCATELLI
Data: 16/08/2022 14:47:55 -0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dra. Arinalda Silva Locatelli (Orientadora), UFT

ASSINADO DIGITALMENTE
MARCO AURELIO GOMES DE OLIVEIRA
A autenticidade desta assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinatura-digital>


Prof. Dr. Marco Aurélio Gomes de Oliveira (Examinador), UFT

AGRADECIMENTOS

Às parcerias instituídas durante o Curso de Especialização em Educação Infantil – CEEI, da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, em especial à Professora Doutora Arinalda Silva Locatelli, minha orientadora e incentivadora constante. Sou grata pelo privilégio de poder produzir conjuntamente e receber todas as suas ricas orientações no decorrer desta caminhada.

Aos demais professores e aos colegas de pós-graduação, principalmente ao Professor Doutor Mayrhon José Abrantes Farias, por conduzir suas aulas com maestria, suscitando cada vez mais o meu entusiasmo com a Educação Infantil; e aos colegas Anna Thércia José Carvalho de Amorim e Ian Silveira Melo, por estarem sempre ativos nos debates e contribuírem significativamente para este processo formativo.

À minha filha Ana Cecília Borges Nascimento, por ser companheira em todos os momentos, inclusive durante as aulas participando e agraciando a todos com sua presença; e por me incentivar (às vezes até inconscientemente) a estudar continuamente e buscar melhorias para nossa vida.

À minha mãe Regina Borges da Cruz, porque é o meu maior exemplo de vida pessoal e profissional, por todo o companheirismo, investimento e cuidados ofertados durante minha trajetória estudantil.

Ao meu companheiro José Dequias Silva Santos, sou grata pela cumplicidade e o tempo de qualidade que comigo vem compartilhando. Agradeço por me incentivar todos os dias e por ser compreensivo quando preciso me dedicar ainda mais aos estudos.

Às monitoras e professoras das creches municipais de Tocantinópolis (TO), que participaram respondendo ao questionário proposto e contribuíram de forma expressiva com o desenvolvimento desta pesquisa.

A Deus, por oportunizar a dádiva da vida e da escolha humana. Porque através dEle se tornam possíveis todos os agradecimentos supramencionados. Porque creio ser Ele quem concede todas as graças ao ser humano.

Resumo

O escrito versa sobre a correlação entre o cuidar e o educar a partir do olhar de monitoras e professoras de creche. A discussão está fundamentada em documentos curriculares sobre e para a Educação Infantil, em diálogo com autores que discorrem acerca da temática. Nosso objetivo principal consiste em analisar a correlação entre o cuidar e o educar a partir da relação entre professoras e monitoras das creches municipais de Tocantinópolis (TO). A metodologia empregada foi a análise bibliográfica seguida de aplicação de questionário às professoras e monitoras, com perguntas objetivas e discursivas referentes ao trabalho que desenvolvem e às relações que envolvem esse trabalho. A partir da análise realizada, consideramos ser evidente a necessidade de propostas formativas contínuas para as profissionais da educação infantil, visto que ainda é perceptível uma tentativa constante de secção entre as práticas de educar e cuidar, conforme o entendimento de algumas docentes presentes nestas instituições educacionais.

Palavras-chave: Educar; Cuidar; Trabalho Docente; Monitoras de creche; Professoras de creche.

Abstract

The writing deals with the correlation between caring and educating from the point of view of daycare monitors and teachers. The discussion is based on curricular documents about and for Early Childhood Education, in dialogue with authors who discuss the theme. Our main objective is to analyze the correlation between caring and educating based on the relationship between teachers and monitors of municipal daycare centers in Tocantinópolis (TO). The methodology used was the bibliographic analysis followed by the application of a questionnaire to teachers and monitors, with objective and discursive questions referring to the work they develop and the relationships that involve this work. From the analysis carried out, we consider the need for continuous training proposals for early childhood education professionals to be evident, since a constant attempt to divide between the practices of educating and caring is still perceptible, according to the understanding of some teachers present in these educational institutions.

Keywords: To educate; Take care; Teaching Work; daycare monitors; Kindergarten teachers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2 O CUIDAR – EDUCAR: ALGUMAS PONDERAÇÕES A PRIORI	10
3 O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS LEGAIS SOBRE EDUCAR E CUIDAR?	13
4 O CUIDAR E EDUCAR NA RELAÇÃO ENTRE PROFESSORAS E MONITORAS DE CRECHE	16
4.1. Definição dos termos cuidar e educar na Educação Infantil	18
4.2. Documentos legais que norteiam o planejamento curricular na EI.....	20
4.3. Avaliação das práticas desenvolvidas na creche com os documentos curriculares	21
4.4. Funções das professoras de creche	22
4.5. Funções das monitoras de creche	23
4.6. A relação entre professoras e monitoras nas creches	24
4.7. O trabalho administrativo e o trabalho pedagógico.....	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

A CORRELAÇÃO ENTRE CUIDAR E EDUCAR A PARTIR DO OLHAR DE MONITORAS E PROFESSORAS DE CRECHE.

Mércia Cristina Borges dos Anjos¹

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil (EI) tem sido tema de estudos e pesquisas recorrente nos últimos anos. Essa etapa da Educação Básica desenvolve-se em creches e pré-escolas, e é motivo de mobilização e estudos por parte de vários profissionais que nela desenvolvem algum trabalho, os quais corroboram para explicitar sua emergência² nas últimas décadas. Nesse contexto, o cuidar e o educar são duas categorias fortemente instituídas nessa fase educacional. Essas categorias chamam a atenção quanto às suas especificidades e a compreensão de sua (in) dissociabilidade no que se refere ao desenvolvimento das práticas educacionais na EI, por parte das profissionais que atendem diretamente as crianças.

Nas creches municipais tocantinopolinas, o atendimento às crianças em sala de aula e nos demais espaços institucionais ocorre principalmente, por meio do trabalho de professoras e monitoras. No entanto, apenas as professoras são consideradas servidoras do setor pedagógico, enquanto as monitoras são funcionárias do setor administrativo, de acordo com a estrutura organizacional municipal. O pedagógico refere-se ao trabalho de educar e o administrativo é entendido como setor do cuidar, sendo estes dois desenvolvidos “separadamente”. Todavia, por entendermos que ambas as profissionais são docentes, não corroboramos com essa dissociação, o que nos levou a questionar: Como as categorias cuidar e educar são compreendidas e se efetivam no cotidiano das creches municipais? Quais seus desdobramentos para a relação entre professoras e monitoras?

Vale ressaltar que o interesse pela temática em questão, advém do trabalho desenvolvido como profissional da Educação Infantil municipal durante os últimos cinco anos, o que nos propiciou observar e vivenciar de perto o cotidiano de uma creche e suscitou as análises e proposições aqui expostas.

Buscando examinar as questões mencionadas, o objetivo norteador desse escrito é analisar a correlação entre o cuidar e o educar a partir da relação entre professoras e monitoras das creches municipais de Tocantinópolis³ (TO). Para alcance do mesmo, utilizamos como

¹Universidade Federal do Tocantins – (UFT), Campus de Tocantinópolis, Tocantinópolis, Tocantins, Brasil. Monitora na Creche Municipal Maria de Lourdes. E-mail: merciacba@mail.uft.edu.br

²De acordo com os estudos realizados por Locatelli (2018) a emergência (no sentido de emergir) da Educação Infantil é notável nos últimos anos, principalmente enquanto política educacional.

³ Município do estado do Tocantins, localizado na microrregião do bico do papagaio, ao norte do estado.

metodologia uma incursão pela literatura especializada sobre a temática e pelos documentos curriculares norteadores do trabalho na EI. Em seguida realizamos aplicação de questionário, feita por meio da plataforma *google forms*, com perguntas objetivas e subjetivas às monitoras e professoras das duas creches municipais.

A partir da metodologia supramencionada, foi possível a aquisição de dados importantes ao desenvolvimento deste trabalho, os quais estão descritos e analisados, com embasamento teórico, e em três seções: a primeira reflete sobre as categorias cuidar e educar na EI e sua correlação, subsidiadas pelos escritos de Locatelli (2018); Freire (1996); Guimarães, Hirata e Sugita (2011); Kramer (2006); Locatelli e Vieira (2020); Oliveira (2017), entre outros. A segunda traz algumas argumentações presentes nos principais documentos curriculares legais da EI no que concerne à correlação cuidar-educar, quais sejam, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (2016); o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998); e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018). E a terceira, apresenta dados obtidos através do questionário, com atenção direcionada para a relação entre professoras e monitoras de creche e suas respectivas compreensões sobre o binômio cuidar-educar na EI.

À luz da compreensão sobre a importância desta discussão, concebida através deste e de outros estudos já desenvolvidos na e para a EI, enfatizamos que a relevância do mesmo está na possibilidade de entendimento/aprofundamento/desenvolvimento do trabalho docente na EI, bem como da observância de práticas contribuintes do processo de aprendizagem e desenvolvimento físico, psíquico e social de crianças atendidas nas creches municipais de Tocantinópolis.

2 O CUIDAR – EDUCAR: ALGUMAS PONDERAÇÕES A PRIORI

Educação e cuidado são as principais categorias sob as quais se desenvolvem as práticas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil do Brasil. Embora no período assistencial⁴ as ações realizadas estivessem direcionadas especificamente aos cuidados com as crianças, muito se podia constatar em termos de aprendizagem e desenvolvimento destas. Em observações anteriores relacionadas ao tema, destacamos que fatores como a vulnerabilidade econômica das famílias; os problemas com higiene das crianças; o trabalho e a mortalidade

⁴ As instituições de atendimento infantil caracterizadas pelo assistencialismo, surgiram e se estabeleceram como forma de atender às necessidades de cuidado e proteção infantis. Ver Paschoal e Machado (2009).

infantil, foram norteadores dos atendimentos em instituições infantis no século XIX e em grande parte do século XX.

Com a Constituição Federal de 1988, o cenário educacional brasileiro passa por importantes mudanças que corroboram para o desenvolvimento do atendimento educacional atrelado aos cuidados nas creches e demais instituições infantis. Enquanto etapa educativa, a Educação Infantil é citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN como a “Primeira fase da Educação Básica” (BRASIL, 2016. p. 14), entretanto, anteriores à referida lei, muitos estudos já apontavam a necessidade de atenção quanto ao atendimento voltado para a aprendizagem das crianças pequenas. Conforme destacaram Maranhão e Sarti (2008, p. 02): “A creche, instituição marcada por um histórico assistencialista e organizada de forma improvisada e precária, está sendo ressignificada como centro de cuidado e educação infantil, de acordo com a noção do direito universal à educação”.

Observando essa compreensão, reportamo-nos a alguns trabalhos que exerceram influência sobre os processos de educação e cuidados das crianças, a exemplo: Maria Montessori (1870-1952), educadora italiana que criou métodos de ensino para crianças objetivando o desenvolvimento da autonomia, da linguagem e dos conhecimentos matemáticos. Outra produção significativa nesse sentido foi a de Celestin Freinet (1896-1966), pedagogo francês que defendia um processo educativo para crianças centrado na realização de atividades lúdicas e no desenvolvimento de técnicas. Além destas, são importantes as contribuições de Jean Piaget (1896-1980) e Lev Vygotsky (1896-1934), entre outros estudiosos, que realizaram pesquisas sobre o desenvolvimento infantil nas esferas física, psíquica e social. Contemporâneas à essas produções, também são relevantes os estudos de Kramer (2006) e Angotti (2008), ao trazerem reflexões que tratam da aprendizagem e desenvolvimento infantis, respeitando as especificidades socioculturais e cognitivas de cada criança.

Apreendemos, a partir desses e outros trabalhos, que a EI se desenvolve, principalmente, por meio das ações pautadas nos cuidados e na educação das crianças pequenas, o que pressupõe a indissociabilidade dessas duas práticas nos ambientes educacionais, tendo em vista seu caráter conjunto. Nesse sentido consideramos necessária a discussão sobre os termos educar e cuidar, seus significados e sua correlação.

Conforme ressaltaram Guimarães, Hirata e Sugita (2011, p. 154):

No Brasil e nos países de língua espanhola, a palavra “cuidado” é usada para designar a atitude; mas é o verbo “cuidar”, designando a ação, que parece traduzir melhor a palavra *care*. Assim, se é certo que “cuidado”, ou “atividade do cuidado”, ou mesmo “ocupações relacionadas ao cuidado”, como substantivos, foram introduzidos mais recentemente na língua corrente, as noções de “cuidar” ou de “tomar conta” têm vários

significados, sendo expressões de uso cotidiano. Elas designam, no Brasil, um espectro de ações plenas de significado nativo, longa e amplamente difundidas, muito embora difusas no seu significado prático.

O cuidado compreende, nessa perspectiva, as ações que se relacionam à atenção àqueles ou àquilo que deste necessita. No cotidiano da Educação Infantil, o cuidado e a educação podem ser expressos em práticas como: observar, alimentar, banhar, vestir, acompanhar a resolução de atividades, orientar em questões de disciplina e comportamento, planejar e escolher o que será trabalhado com as crianças. Algumas dessas ações, embora conjuntas em nosso entendimento, são desenvolvidas por apenas uma profissional, como é o caso do planejamento e da escolha das atividades a serem desenvolvidas, o que fica subentendido apenas como ato de educar, e acaba por segregar o grupo de profissionais que não planejam – as monitoras.

É importante observar que as ações de cuidado são tidas, em sua grande maioria, como práticas que não demandam formação superior específica para tal. Ao analisar os contextos de Brasil, França e Japão sobre o trabalho de *care* (cuidado), Guimarães, Hirata e Sugita (2011, p. 158) destacam: “É um trabalho sem proteção formal”, “É exercido por trabalhadoras com baixa escolaridade” e “É um trabalho de baixa remuneração”.

Embora no contexto por nós estudado as profissionais que desempenham esse trabalho tenham vínculo empregatício formal⁵, com carga horária de 30 ou 40 horas semanais, observamos que em alguns casos, persiste a baixa escolaridade (situação das servidoras que só possuem formação em nível médio), e em todos os casos é notável a baixa remuneração. Reiteramos, no entanto, a defesa de que as funções de educar e cuidar são desempenhadas conjuntamente e defendemos ademais, a necessidade de formação específica em nível de graduação para tal, a exemplo, o curso de Licenciatura em Pedagogia.

Em estudos recentes sobre “o lugar das professoras auxiliares”, analisando as políticas de formação continuada para docentes no Tocantins, Locatelli (2022) observou não haver nitidez quanto à compreensão do trabalho realizado por essas profissionais no âmbito da Educação Infantil. Essas servidoras, também conhecidas como monitoras, embora exerçam o ofício de educar e cuidar, são ainda tratadas em esfera de incerteza quanto a sua identidade profissional. Tal incerteza se reflete, por exemplo, na lotação dessas profissionais no setor administrativo da gestão municipal, “separando-as” do setor pedagógico. Outrossim, não participam das formações continuadas e nem do planejamento, mas são sujeitos ativos dentro do processo educativo das crianças, o que pressupõe estarem cientes das normativas e compreensão do significado da educação infantil na contemporaneidade.

⁵ São servidoras efetivas/concursadas ou contratadas de forma temporária pela prefeitura municipal.

Reiterando a perspectiva das incertezas, Oliveira (2017, p. 135), em observância à legislação educacional infantil, esclarece que:

Ainda existe uma significativa variedade de nomenclaturas para cargos da educação infantil, muitas vezes classificados em “regência” ou “titular” e “apoio” ou “auxiliar”, cujas funções se encontram ambas integralmente no campo da docência, mesmo quando apresentam entre si algumas atribuições distintas.

Entendemos assim, que os cuidados e a educação são ações complementares entre si, realizadas no cotidiano da EI, principalmente, a partir do trabalho das monitoras e das professoras, que o desenvolvem conjuntamente. Em reforço a esse entendimento, acreditamos ser pertinente a observância de alguns dos principais documentos legais para essa etapa educacional, sobre os quais dissertamos a seguir.

3 O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS LEGAIS SOBRE EDUCAR E CUIDAR?

Para construir uma argumentação congruente às normativas curriculares da e para a EI, visando o objetivo traçado neste escrito, consideramos os seguintes documentos legais: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (2016); o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998); e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018). Todos estes analisados a partir da perspectiva de correlação entre o educar e cuidar nessa etapa educacional.

De acordo com o previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996) a Educação Infantil deve abranger o atendimento, acompanhamento e avaliação referentes aos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças de até cinco (05) anos. Conforme dispõe o artigo 61:

Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio. (BRASIL, 1996, p. 19).

Nesse sentido, destaca-se a presença de professoras e monitoras enquanto tais profissionais. Ainda no referido documento, o artigo 29 destaca ainda que o desenvolvimento infantil deve ocorrer: “[...] em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social [...]”. (BRASIL, 2016, p. 13).

Em observância ao disposto acima, é possível compreender a relação conjunta entre as atividades de cuidado e educação, tendo em vista a ideia de integralidade tanto no atendimento

à criança nas instituições educacionais infantis, quanto na promoção de seu desenvolvimento, que se faz mediante práticas integradas aos aspectos sociais, físicos e psíquicos.

Consoante à normativa tratada, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010) também estabelecem um entendimento de correlação entre as categorias educar e cuidar. Ao abordar a concepção de criança como indivíduo que, historicamente: “[...] constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona [...]”. (BRASIL, 2010. p. 14); o documento possibilita inferir que a prática pedagógica deve compreender essas ações de maneira interligada, considerando a sua interdependência.

Sobre os profissionais da educação, assimilamos que as diretrizes e orientações da normativa em questão, configuram importante subsídio para o desempenho do trabalho de todos esses profissionais. Assim, o conhecimento e utilização de tais orientações integra o trabalho de todos os sujeitos docentes operantes na EI.

As DCNEI são estruturadas com centralidade nos eixos interações e brincadeiras. Esses dois devem ser considerados na organização do planejamento e na condução das atividades a serem efetuadas na EI e são essenciais ao desenvolvimento infantil. Trabalhadas de forma integrada, eles se situam nas ações educativas e de cuidados que são (e devem ser) desempenhadas concomitantemente. Ademais, o documento ressalta que a educação deve ser assegurada “[...] em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo”. (BRASIL, 2010. p. 19).

Outro documento que nos auxilia nessa compreensão é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998). Utilizado durante muitos anos como documento norteador do planejamento nas creches conforme relatos das docentes, o RCNEI salienta que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998. p. 23 – grifo nosso).

As atividades educacionais são, conforme o referencial, uma junção de educação e cuidados que devem ser compreendidas tanto na construção do planejamento quanto na realização do atendimento às crianças. Nesse sentido, entendemos ser importante que todas⁶ as

⁶ Aqui citamos “as profissionais”, no feminino, por estarmos desenvolvendo uma pesquisa cujas participantes são todas mulheres, porém compreendemos que os desafios na EI são inerentes a todos os profissionais da educação, independentemente do gênero ao qual pertençam.

profissionais envolvidas no trabalho docente possuam formação adequada e sejam cientes da estrutura curricular e dos conhecimentos pertinentes à condução do seu trabalho, uma vez que: “[...] Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica”. (BRASIL, 1998, p. 24).

Assim, observa-se também a importância do trabalho conjunto entre os sujeitos docentes dessa etapa educacional, além de sua valorização em âmbito educacional, pois:

[...] os debates têm indicado a necessidade de uma formação mais abrangente e unificadora para profissionais tanto de creches como de pré-escolas e de uma reestruturação dos quadros de carreira que leve em consideração os conhecimentos já acumulados no exercício profissional, como possibilite a atualização profissional. (BRASIL, 1998, p. 39).

Nesse seguimento, é importante também enfatizar a proposta da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), documento recente que “substituiu” o RCNEI no que concerne ao planejamento das atividades curriculares na EI. A BNCC se caracteriza por orientar o trabalho na EI a partir de cinco campos de experiência, quais sejam O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Esses campos configuram, conforme interpretação da proposta curricular, o caminho para o planejamento e desenvolvimento do trabalho docente que deve proporcionar os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento às crianças (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se). As atividades na EI devem estar articuladas de modo a garantir esses direitos, através dos cinco campos supracitados.

Considerada “[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver [...]”. (BRASIL, 2018, p. 09), a BNCC apresenta orientações baseadas na inter-relação do cuidar e do educar, concebendo os dois como principais integrantes das atividades desempenhadas na Educação Infantil. Embora a BNCC não apresente claramente uma preocupação com os profissionais da educação, é notória a importância do papel por estes desempenhado na EI.

A incursão nessas normativas e orientações curriculares oportuniza uma sustentação legal para a compreensão por nós defendida em torno da indissociabilidade pertinente às categorias cuidar e educar na EI. Fato que reitera nosso objetivo de analisar como essas prerrogativas se implementam na relação entre professoras e monitoras de creche, sobre a qual trataremos a seguir.

4 O CUIDAR E EDUCAR NA RELAÇÃO ENTRE PROFESSORAS E MONITORAS DE CRECHE

Ao intentar uma análise sobre o cuidar e o educar na EI, desenvolvida para além das especificações dessas duas categorias, realizamos uma investigação a partir da relação entre professoras e monitoras de creche, entendidas aqui como os principais sujeitos docentes⁷ da EI. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário *on-line* auto aplicado, disponibilizado na plataforma *Google Forms*, com dezesseis (16) perguntas das quais seis (06) foram objetivas e dez (10) foram subjetivas. As questões versaram sobre os perfis das docentes, suas funções e a compreensão sobre as atividades de cuidar e educar na EI; e foram direcionadas às monitoras e professoras de creche do município de Tocantinópolis (TO). De um quantitativo de sessenta e três (63) sujeitos docentes que receberam o questionário, vinte e uma (21) o responderam. Destas servidoras, onze (11) são monitoras e dez (10) são professoras, distribuídas em turmas de Berçário, Maternal I e Maternal II, nas duas creches municipais.

As referidas profissionais possuem idade entre vinte e dois (22) e cinquenta e seis (56) anos, e a maioria delas possui vínculo empregatício efetivo. O período de experiência profissional compreende entre cinco (05) a vinte e um (21) anos de serviço e a carga horária de trabalho semanal varia de 20 a 40 horas semanais a depender da instituição e do vínculo empregatício. As monitoras trabalham 30 ou 40 horas semanais⁸, já as professoras têm carga horária de 20, 30 ou 40 horas por semana.

Conforme ressaltamos em caráter introdutório a este escrito, as atividades de educar e cuidar nas creches municipais que serviram como subsídio à análise desenvolvida, são organizadas separadamente, sendo o cuidar atribuído às monitoras e o educar às professoras. É válido mencionar que essas profissionais possuem formação em diferentes áreas de conhecimento, como: Curso Normal Superior (01 professora), Magistério (02 professoras e 03 monitoras), Pedagogia (07 professoras e 02 monitoras), Serviço Social (01 monitora), História (01 monitora), Ciências Sociais (01 monitora), Técnico em Enfermagem (01 monitora), e algumas possuem apenas o Ensino Médio (02 monitoras).

Também é importante ressaltar que todas são servidoras do sexo feminino, fato que possui relevância para a nossa análise, haja vista que,

O *care* remete à questão de gênero, na medida em que essa atividade está profundamente naturalizada, como se fosse inerente à posição e à disposição (*habitus*)

⁷ Locatelli (2018) utiliza a terminologia “sujeitos docentes” para se referir tanto às professoras quanto às monitoras de creche, nas instituições de Educação Infantil.

⁸ Uma das creches tem servidoras apenas de 30h e a outra creche apenas de 40h.

femininas. Mas, na medida em que o *care* se manifesta como ocupação ou profissão exercida em troca de uma remuneração, o peso e a eficiência crescentes das políticas públicas tornam-se verdadeiras bombas de efeito retardado, visto que questionam a gratuidade do trabalho doméstico e a sua circunscrição ao grupo social das mulheres, e desafiam a ideia de “servidão voluntária” inerente a esse serviço quando realizado no espaço privado do *domus*. Vale dizer, a emergência do *care* como profissão implica o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e do trabalho familiar como “trabalho”; em outras palavras, a associação do trabalho do *care* com uma profissão feminina deixa de ser natural. (GUIMARÃES, HIRATA e SUGITA, 2011. p. 156).

Observamos a predominância da presença feminina quando se trata do trabalho atrelado a ações de cuidados e educação com as crianças. Embora as instituições de Educação Infantil não tenham mais caráter unicamente assistencialista, muito do trabalho a ser realizado nesses espaços é, até os dias atuais, relacionado à figura materna principalmente. Esta, por sua vez, é tida como alguém que já possui o “dom” do cuidado, o que acaba por precarizar questões como formação, remuneração e valorização das mulheres que exercem essas funções.

Alguns levantamentos de Oliveira (2017) contribuem para reforçar o entendimento supra no que se refere à formação dessas profissionais:

Dos 391 cargos efetivos da educação infantil com oferta de vagas, publicada em editais levantados de concursos públicos de 2015 para 340 municípios de diferentes estados da federação, 110, cerca de 28%, exigiam candidatas com escolaridade inadequada, de “alfabetizada” ou ensino fundamental incompleto, 6 casos, a ensino médio concluído sem requisito de formação em magistério, 79 casos: agente, assistente, atendente, auxiliar, babá, berçarista, cuidadora, monitora e pajem. Por outro lado, todos os 211 cargos de professora e 25 de educadora, cerca de 60%, estavam em conformidade com a LDBEN. (OLIVEIRA, 2017. p. 136).

Em se tratando do último concurso público municipal, realizado em Tocantinópolis no ano de 2016, a situação é semelhante à acima exposta, visto que a exigência para a função de monitora de creche era somente ter o ensino médio concluído, conforme descrito no edital: **“CARGO: MONITOR DE CRECHE, CÓDIGO DO CARGO: M207; JORNADA DE TRABALHO: 40 horas semanais; REMUNERAÇÃO INICIAL: R\$ 1.070,00; FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA: Ensino Médio Completo”**. (TOCANTINÓPOLIS, 2016. p. 22).

Oliveira (2017) também observou que há ampla diferenciação quanto aos fatores que envolvem o trabalho das auxiliares (monitoras) quando comparado ao trabalho das professoras, e relata:

Vários estudos acadêmicos, realizados no último decênio, em âmbito estadual (BUSS-SIMÃO, 2015; CHAMARELLI, 2013; KRAMER *et al.*, 2013; SILLER & CÔCO, 2008) e municipal (CONCEIÇÃO, 2010; EDIR, 2014; GIL, 2013; MARTINS, 2011), salvo algumas diferenças, especificidades locais e mudanças mais recentes, apresentam evidências, no que se refere às condições de emprego, da situação mais desfavorável das auxiliares de creche em comparação com as professoras da educação infantil: maior carga de trabalho, menor salário, maior frequência de contrato

temporário, inexistência de plano de carreira, ou então não pertencimento funcional ao quadro do magistério, e menos oportunidades de formação continuada.

Em observância às elucidações acima, notamos a semelhança com relação às situações trabalhistas das profissionais atuantes nas instituições pesquisadas. Assim, buscando prosseguir com a apresentação e debate sobre os dados obtidos por meio do questionário aplicado a estas, destacamos os demais assuntos pertinentes à temática, a partir do olhar das referidas docentes (monitoras e professoras). Enfatizamos em princípio que, das dezesseis (16) questões respondidas, seis (06) foram objetivas e tratavam dos perfis das docentes, descritos anteriormente. A seguir, passaremos às dez (10) subjetivas sobre as quais desenvolvemos a análise a partir dos sete (07) subtemas que seguem: a) definição dos termos cuidar e educar na EI; b) documentos legais que norteiam o planejamento curricular na EI; c) avaliação das práticas desenvolvidas na creche com os documentos curriculares; d) funções das professoras de creche; e) funções das monitoras de creche; f) a relação entre professoras e monitoras nas creches; e g) o trabalho administrativo e o trabalho pedagógico.

4.1. Definição dos termos cuidar e educar na Educação Infantil

Ao serem questionadas sobre o que entendem por educar e cuidar na educação infantil, a maioria das profissionais docentes, participantes da pesquisa, observam a correlação entre os dois termos. Em suas respostas elas utilizam expressões como *interligados*, *inseparáveis*, *indissociáveis*, sendo as duas primeiras recorrentes em 82% e 65% das respostas, respectivamente. Como podemos ver em algumas das falas:

O cuidar e educar são indissociáveis e devem proporcionar às crianças seu desenvolvimento”. (**Monitora A**⁹).

Cuidar e educar na EI estão relacionadas e andam juntas principalmente na creche [...]”. (**Professora M**).

As concepções apresentadas por essas docentes associam-se ao entendimento de que a creche “[...] se constitui num espaço de socialização por excelência, que cumpre papel de promover o cuidar e o educar da infância, bem como o favorecimento da inserção da criança nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade”. (PIETROBON e UJIIE, 2007, p. 02). Assim, a promoção das aprendizagens e do desenvolvimento infantil aparece associada às ações de educar e cuidar conjuntamente.

⁹ As docentes participantes da pesquisa foram nomeadas conforme ordem alfabética, com vistas à preservação de suas identidades.

No entanto, das vinte e uma (21) docentes que participaram respondendo ao questionário, quatro (04), definiram educar e cuidar como práticas distintas e separadas no contexto da EI. Destas, três (03) são professoras e uma (01) é monitora. Uma das professoras destacou em sua resposta: “São duas práticas distintas no sentido de que, o cuidar está associado aos cuidados do corpo, assim como no aspecto afetivo e o educar é mediar um processo de aprendizagem para o exercício da cidadania”. (**Professora F**).

Outra docente descreveu cuidar e educar da seguinte forma:

O cuidar na educação infantil, está relacionado ao assistencialismo, dessa forma qualquer pessoa poderá desenvolver esses cuidados. Já o educar só poderá ser desenvolvido por um profissional capacitado onde os educandos deverão desenvolver habilidades e competências que nortearão as suas vivências. (**Professora H**).

Ao analisar os fragmentos acima, observamos que, no contexto investigado, não é unânime a compreensão de indissociabilidade das categorias educar e cuidar na EI, por parte de ambas as categorias de profissionais. Embora a maioria das docentes ressalte que as duas são fundamentais e inseparáveis, ainda há aquelas que não partilham do mesmo entendimento, descrevendo-as separadamente.

Para Cerisara (1999, p. 06-07) isso repercute na compreensão sobre as crianças e seus direitos na educação infantil, pois:

Essa dicotomização entre as atividades com um perfil mais escolar e as atividades de cuidado, revelam que ainda não está clara uma concepção de criança como sujeito de direitos, que necessita ser educada e cuidada, uma vez que ela depende dos adultos para sobreviver e também pelo fato de permanecer muitas vezes de 10 a 12 horas diárias na instituição de educação infantil.

As necessidades das crianças no que concerne à educação e cuidados, defendidas pela autora, nos auxiliam na interpretação de que as profissionais que trabalham nesse segmento da educação básica, devem compreender a importância de sua função e da interligação que configura suas práticas. Ademais, essa compreensão deve se fazer presente no cotidiano educacional, desde o planejamento até a execução das atividades pedagógicas.

Em observância às respostas dadas pelas profissionais participantes, assimilamos que ainda não existe total clareza quanto à indissociabilidade das práticas de cuidar e educar na EI. Nesse sentido, consideramos importante também nos reportarmos às orientações normativas para a EI, e questionar as docentes sobre seu entendimento em torno desses documentos, haja vista as disposições expressas por esses sobre as atividades de educar e cuidar em instituições de educação infantil.

4.2. Documentos legais que norteiam o planejamento curricular na EI

Na sequência foi solicitado às docentes que indicassem alguns documentos legais que norteavam o planejamento curricular na Educação Infantil. Nesse sentido, as participantes citaram principalmente a BNCC, que aparece em quatorze (14) das respostas obtidas, seguida do RCNEI, mencionado por em nove (09) das referidas docentes. A LDBEN, também apresentada como normativa curricular, acompanha o RCNEI na quantidade de vezes em que aparece. Em cinco (05) das respostas apenas um desses documentos aparece. Nas demais as profissionais apontam três (03) ou quatro (04) dos referidos acima, conjuntamente.

Outros documentos norteadores do planejamento nas instituições pesquisadas são os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), que aparecem três (03) vezes; o livro *Cadê achou! Educar, cuidar e brincar na ação pedagógica da creche*, de Aline Pinto (2019), mencionado duas (02) vezes; e o Documento Curricular do Tocantins (DCT), indicado em uma (01) das respostas obtidas. É válido mencionar que o DCT é um documento organizado, considerando as disposições da BNCC, para orientar o planejamento e demais atividades pedagógicas no que refere aos aspectos da diversidade regional e que devem integrar o currículo da Educação Infantil.

Em observância às normativas e demais textos mencionados pelas participantes, consideramos necessário refletir sobre como o conhecimento de tais orientações se efetiva no cotidiano da EI, haja vista as diversas percepções sobre as categorias educar e cuidar nessa etapa educacional. Partindo das respostas obtidas, entende-se que a BNCC é a mais considerada pelas profissionais, contudo, algumas delas parecem desconhecer, de fato, o conteúdo do referido documento, sobretudo aquele grupo (03 professoras e 01 monitora), que entende as categorias educar e cuidar como atividades dissociadas.

Conforme salientamos anteriormente, as propostas curriculares para a Educação Infantil são orientações nas quais as ações de educação e cuidados se desenvolvem conjuntamente, ou seja, não se dissociam. Quando profissionais docentes (e demais servidores da EI) sugerem uma secção entre estas categorias, demonstram fragilidade no que se refere à interpretação do conteúdo normativo e das obras correlatas, bem como das suas práticas. Ainda que essa secção não seja unânime entre as respostas das profissionais participantes, sua existência requer atenção no âmbito da educação infantil, haja vista nenhum dos documentos orientadores apontar tal separação.

Nesse seguimento, nota-se uma incompatibilidade entre as percepções das profissionais docentes sobre a interligação das ações de educar e cuidar na EI, e os

documentos que elas apontam como importantes para o desenvolvimento do trabalho nessa etapa educacional. É válido reiterar que, embora a pergunta tenha sido feita para ambas as categorias, somente as professoras realizam planejamento. Neste sentido, nosso intuito era entender também, em que medida as monitoras tinham conhecimento dos documentos utilizados. Assim, atentamo-nos para a necessidade de uma avaliação, por parte dessas profissionais, sobre as práticas desempenhadas em relação a esses documentos.

4.3. Avaliação das práticas desenvolvidas na creche com os documentos curriculares

Quando perguntadas sobre como avaliavam as práticas desenvolvidas na creche em relação aos documentos, todas as docentes enfatizaram a importância dos mesmos para a prática pedagógica. A **Professora H** apresenta sua compreensão a respeito, da seguinte forma: “Avalio as práticas desenvolvidas com o documento da BNCC positivas, é um documento com sugestões práticas e voltadas ao trabalho lúdico, porém em alguns momentos é necessário fazer adaptação adequadas ao nosso contexto”.

Outra observação que aponta para a relevância dessas orientações curriculares na EI, é a da **Professora I**: “Muito importante pois nos dá um norte como trabalhar com crianças pequenas”.

Contudo, embora seja reconhecida a significância das propostas curriculares pela totalidade das docentes, a maioria das monitoras de creche (81,82%), não concebem uma relação de pertinência entre aquilo que os documentos orientam, aquilo que é planejado na creche e o que é, de fato, desenvolvido com as crianças. De acordo com uma dessas monitoras:

O estudo dos documentos, se existe, fica restrito aos professores. No que se refere às práticas em sala de aula pouca coisa mudou-se desde minha entrada na creche até os dias atuais. Os professores reclamam que não fazem o planejado porque não tem material disponível. (**Monitora S**).

Ainda nessa perspectiva, outros fragmentos extraídos das respostas dadas pelas monitoras, fortalecem a ideia de que há discrepância quanto ao planejamento e as práticas desenvolvidas, a exemplo: “Falta conteúdos para serem desenvolvidos com as crianças”. (**Monitora A**); e outra monitora escreveu: “50%, pois acho que fica mais no caderno de planejamento, do que na prática em sala de aula”. (**Monitora E**).

Além dessas já apresentadas, outras ideias expostas sugerem o distanciamento entre as práticas de professoras e monitoras nas instituições pesquisadas e refletem a desvalorização desse segundo grupo. É o caso do trecho seguinte, onde a **Monitora J** avalia o planejamento das professoras como “Totalmente fora dos eixos”. Esta afirmação transmite a ideia de que

as atividades desenvolvidas com as crianças fogem ao que preconizam os documentos curriculares da EI.

Seguindo com a questão sobre avaliação, a **Monitora D** destacou: “Não avalio. Somente as professoras”. Este fragmento revela que há uma forte separação quanto às atribuições dessas profissionais, de tal forma que uma delas entende não poder avaliar as práticas docentes, ademais as suas, no ambiente onde trabalha. Contudo, trataremos especificamente da relação entre essas profissionais em tópico posterior.

Apreendemos das respostas supracitadas, que a avaliação das docentes sobre o planejamento e suas práticas pedagógicas na creche, demonstra uma divergência de percepção. Enquanto as professoras avaliam como positivas tais ações, as monitoras ressaltam acentuada carência quanto à efetiva relação entre o planejamento e a sua execução. Sugerem, além disso, que o acesso aos documentos curriculares e o estudo destes, está mais distante das monitoras e em maior proximidade com as professoras. Questão esta que atribuímos ao fato de as monitoras não planejarem. Todavia, isso não as exime do compromisso de estudar, conhecer e desenvolver seu trabalho em concordância com as prerrogativas curriculares da EI, haja vista, em alguns momentos as monitoras contribuírem com as professoras no desenvolvimento das atividades consideradas de caráter exclusivamente pedagógico. E justifica ademais, a necessidade de serem realizadas formações continuadas para todas as profissionais desse campo educacional,

A partir de suas respostas, seguimos com a análise, observando agora as atividades que as docentes apontam como funções das professoras de creche.

4.4. Funções das professoras de creche

Buscando analisar como se efetiva a relação entre professoras e monitoras, foi perguntado: para você quais atividades são funções das professoras de creche? A maioria das respostas reuniram aspectos do educar e cuidar indissociadamente, ademais “*educar e cuidar*” apareceram, explicitamente, oito (08) vezes como resposta à indagação. Já sem utilizar os dois termos, mas ainda assim envolvendo-os na compreensão, outras considerações relacionadas a essas duas categorias foram observadas nos seguintes trechos: “Planejar e aplicar as atividades, preencher o diário, estimular as crianças para a vida e auxiliar na higiene das crianças em sala”. (**Professora P**); e “Planejamento das aulas; ministrar as aulas; trabalhar com atividades extraclasse; auxiliar no zelo e bem-estar da criança no que se refere a cuidados com higiene, segurança e alimentação”. (**Monitora S**).

Embora as respostas remetam à indissociabilidade do educar e cuidar, observamos a partir dos trechos supracitados, que as atividades de cuidado, quando relacionadas às professoras, estão descritas como ações de auxílio, o que figura a ideia de que às professoras caberia o papel de apenas ajudar no cuidado, mas este não integraria diretamente a sua função. Assim, sugere o entendimento de que as professoras podem auxiliar as monitoras quando se trata de cuidado, mas que este não é uma de suas atribuições diretas. Nesse sentido, é importante observar que:

[...] o cuidar geralmente é associado às emoções e aos aspectos fisiológicos, enquanto o educar estabelece um link com a racionalidade e o cognitivo, revelando assim que a compreensão de sua indissociabilidade ainda não está consolidada no campo profissional. Resultando numa dissociação entre cuidar e educar e num status de subsunção do cuidar pelo educar. (LOCATELLI, 2020. p. 135).

Assimilamos, a partir dessa análise, que ainda persiste uma visão dissociada sobre as duas categorias, por parte de algumas docentes, tanto monitoras quanto professoras. Além disso nota-se que o educar assume, nessa perspectiva, uma posição de maior relevância em comparação ao cuidar, repercutindo também no *status* social de quem realiza tais atividades na EI. As professoras, tratadas como as profissionais do educar, assumem então uma posição hierárquica de maior prestígio em relação às monitoras.

Nesse sentido, notamos que, mesmo conhecendo os documentos curriculares e ressaltando a importância da interligação entre as práticas de educação e cuidados, as profissionais mantêm a separação das categorias. Ao entenderem que as atividades de cuidados não estão diretamente integradas às funções das professoras, elas assumem tal dissociação. Sob essa ótica, consideramos necessário indagar as docentes também sobre as atividades descritas como funções das monitoras nessas instituições.

4.5. Funções das monitoras de creche

Seguindo a mesma perspectiva do questionamento anterior, interrogamos as participantes sobre quais seriam as atividades relacionadas às funções das monitoras de creche. Aqui os termos “*cuidar e educar*” ou “*educar e cuidar*”, frequentes na indagação anterior, aparecem em apenas duas (02) respostas explicitamente, sendo as duas de monitoras. Não obstante, o que mais nos chamou a atenção nesse momento da pesquisa foi a maioria das participantes (especificamente 16), tanto professoras quanto monitoras, ter utilizado a frase “auxiliar a professora” como componente da sua resposta. Para esclarecer essa observação, destacamos os seguintes trechos:

Auxiliar as professoras na sala no contexto das atividades, higiene, alimentação, cuidados dentro da sala, limpeza, cuidado com as crianças em suas atividades do dia a dia e seu bem-estar. (**Professora K**).

Auxiliar a professora no desenvolver das atividades em sala; colaborar com a segurança, higiene, saúde e alimentação das crianças; trabalhar a independência e zelar pelo bem-estar. (**Professora R**).

Auxilia o professor na sala participando das atividades educacionais de lazer, higiene, receber e entregar as crianças aos responsáveis, auxiliar nas atividades e higiene da criança. Asseio e alimentação e controlar repouso. (**Monitora G**).

Auxiliar os professores no cuidar das crianças. (**Professora N**).

São funções do monitor recepcionar as crianças, cuidar da higienização dos objetos e brinquedos usados pelas mesmas, verificar o bem-estar da criança, alimentação, sono, higiene, disposição e saúde física e psicológica, e **auxiliar o professor** no desenvolvimento das atividades. (**Monitora U**).

A função das monitoras é para **auxiliar os professores** no cuidar e educar das crianças. (**Professora P**).

Nota-se que a maioria das profissionais que entendem as funções das monitoras como atividades de auxílio são professoras. Contudo, algumas monitoras partilham da mesma compreensão. Ademais, consideramos que essa concepção corrobora para desvalorização dessas profissionais, tendo em vista que as atividades de “auxílio”, interligadas ao cuidado, em sua maioria, ainda estão associadas ao assistencialismo atrelado à concepção de maternidade, que por sua vez, “não pressupõe” a necessidade de formação para ser desempenhada.

Nesse seguimento, observamos novamente a ideia de fragmentação entre as atividades de educar e cuidar, e de hierarquização das práticas docentes nas creches. Sendo as monitoras as responsáveis por “auxiliar as professoras”, como exposto pelas respondentes, fica subentendida a sua segregação nos ambientes da educação infantil. Enquanto no tópico anterior, vimos as funções das professoras expostas como ações de educar, neste notamos as das monitoras relacionadas ao cuidar. Tal compreensão, reforça a dissociação que tentamos expressamente, combater, e nos direciona para a questão sobre a relação entre essas profissionais docentes no cotidiano estudado.

4.6. A relação entre professoras e monitoras nas creches

Quando indagadas sobre como é a relação que estabelecem no cotidiano das creches, inferimos que professoras e monitoras se dividem principalmente, em dois grupos: 1 – as que consideram ter uma relação positiva, de parceria e trabalho conjunto, e reconhecem a importância deste, representando um total de 42,86% das respondentes; e 2 – as que entendem haver muitas divergências e até “diminuição” quanto à figura das monitoras no contexto educacional, totalizando 57,14% das respostas.

Para fins de melhor explanação da questão, optamos por apresentar as respostas das docentes através do quadro subsequente:

Quadro 1 – Relação Professoras e Monitoras

Grupo 1	Grupo 2
<ul style="list-style-type: none"> • Relação de parceria em ambos os trabalhos. (Monitora A). • Uma relação de colaboração e de parceria com muito respeito e de um trabalho em equipe em prol do desenvolvimento das crianças. (Professora M). • Harmônica. (Monitora T). • É uma parceria muito produtiva. (Monitora D). • Minhas vivências foram de boas parcerias, um trabalho conjunto bastante ativo e profissional. (Monitora G). • Considero de suma importância a parceria entre professor e monitor, vejo o trabalho de professores e monitores na creche como harmonioso e percebo que existe sintonia entre ambos. (Professora I). • A relação da monitora e professora é uma parceria, uma ajudando a outra. (Professora P). 	<ul style="list-style-type: none"> • As vezes parece que os professores tentam nos desassociar do auxílio pedagógico. Como se nós só cuidássemos. (Monitora O). • Em sala de aula, um profissional complementa o outro, e apesar do monitor fazer parte do trabalho pedagógico, ainda há exclusões em alguns pontos (planejamento, grupos de WhatsApp dos pais, festas e lembrancinhas do dia dos professores, etc). (Professora F). • A maioria dos professores tentam, tentam desassociar o trabalho dos monitores como educacional, tentando mostrar que só cuidamos da higiene das crianças. (Monitora L) • Em todos os anos trabalhados nesta instituição, ficou-se evidente que a relação entre professor e monitora não se trata de uma parceria, mas sim de uma relação de hierarquia e poder. A sala é da professora, a monitora também é da professora. Então, monitora é um mais um instrumento do professor. A professora decide quando e como fazer. (Monitora S). • As vezes as monitoras são tratadas com exclusão. (Monitora B). • [...] há casos em que professoras não nos respeita, nos vê como aquelas que limpam "coco" da criança, que só banham a criança [...]. (Monitora E). • A comunicação é fundamental para uma boa relação de trabalho, e as vezes isso deixa a desejar na creche. (Professora C). • Não é sempre uma relação de parceria, as professoras se acham superiores e estão constantemente usando frases como “minha monitora”, como se a gente fosse um objeto delas. (Monitora J).

Fonte: Anjos (2022).

Além das respostas apresentadas no quadro, há um terceiro grupo de profissionais que não se encaixam nos dois primeiros: as que preferiram não se manifestar sobre a questão (totalizando três professoras) ou as que ficaram divididas entre os outros dois, e sugerem como essa relação deveria ser. Uma delas escreveu: “É uma relação boa, mas poderia melhorar em muitos pontos”. (Professora H). Cabe ressaltar que a palavra “respeito”, aparece nas respostas como o ponto que precisa melhorar.

Ao analisar o quadro e as demais respostas, consideramos que as interações das docentes se apresentam, em certa medida, desarmônicas, sobretudo no que se refere ao

tratamento com as monitoras, tidas como responsáveis pelo cuidar. Nesse sentido, ao refletir sobre as relações sociais, as práticas e os sentidos do cuidar no contexto da Educação Infantil, Dumont-Pena (2015, p. 137-8) ponderou acerca da necessidade de:

Levar a sério o ensino do cuidado do outro, talvez pensando em termos de gerações, pode levar-nos também a um processo de repensar o próprio mérito, de modo que o trabalho de cuidado, não somente na Educação, seja valorizado, implicando um questionamento dos que se eximem de cuidar na nossa sociedade, muitas vezes “merecedores” da estima.

Consideramos a relação de pertinência entre o exposto pela autora e as respostas dadas pelas participantes, uma vez que a maioria das monitoras demonstrou sentir-se diminuída em relação à professora. Esse fato transmite a ideia de que as professoras (entendidas como as profissionais do educar), assumem maior grau de estima em relação às monitoras (consideradas as servidoras do cuidar). Porém, de acordo com as observações de Locatelli (2018), o desenvolvimento do trabalho na educação infantil pressupõe a presença constante de coletividade e trocas entre os profissionais desta área. Essa coletividade, necessária cotidianamente tanto dentro quanto fora do espaço da sala de aula, pode sofrer prejuízos advindos da separação entre as duas categorias de profissionais.

Sob essa perspectiva, Dumont-Pena (2015) evidenciou a existência de conflitos concernentes às atribuições de docentes nas creches, principalmente quando estas se associam aos cuidados.

Todo o debate em torno da formação das (os) profissionais para atuarem no cuidado e educação das crianças em creches e pré-escolas se fez e ainda se faz de modo a construir referências sobre os saberes, as habilidades, as disposições etc. necessários para a efetivação dos direitos de bebês e crianças pequenas. Além disso, a definição da (o) professora (professor) como a (o) profissional responsável por tais ações, abrangendo cuidados com o corpo da criança e com o ambiente educativo, trouxe para o campo da educação e para a própria categoria profissional professor novos elementos que não estão sendo absorvidos sem conflitos. Atividades claramente entendidas como de cunho pedagógico, ainda que pouco presentes no Ensino Fundamental, são compreendidas e apropriadas como parte do trabalho docente na Educação Infantil. Já as atividades de cuidado encontram resistências por parte desse grupo profissional, desde os processos de formação até a organização, por parte de instituições educacionais, de carreira ou de divisão de funções que segmentam o que se entende por cuidado e o que se entende por educação. (DUMONT-PENA, 2015, p. 38-9).

O fragmento acima reforça nossas observações sobre as respostas obtidas neste estudo e demonstra que as formas de organização institucional e de carreira das profissionais participantes, acabam por promover a separação das atividades de cuidado e educação na EI. Além dessa dissociação, é possível observar a depreciação atribuída ao cuidar e a quem “deve”

desempenhar essa função quando se compara com os sujeitos aos quais “cabe” a ação de educar na EI.

Nessa perspectiva, percebemos a presença de ambiguidades na relação entre as duas categorias de profissionais. Tais imprecisões, explícitas principalmente nas alusões ao trabalho das monitoras, são em nosso entendimento, prejudiciais ao desenvolvimento do trabalho na EI, e podem repercutir negativamente no atendimento às crianças matriculadas nessa etapa educacional. Assim, consideramos ainda necessário analisar o entendimento das profissionais docentes sobre em qual setor se encaixariam, de fato, as atividades das monitoras.

4.7. O trabalho administrativo e o trabalho pedagógico

Como último questionamento destinado às docentes participantes desta investigação, interrogamo-las sobre se o trabalho realizado pelas monitoras seria administrativo ou pedagógico. E logo em seguida pedimos que justificassem a resposta. Dezenove (19) das participantes (entre monitoras e professoras) responderam que o trabalho das monitoras é pedagógico, ainda que estas estejam lotadas no setor administrativo pela gestão municipal. E duas (02) professoras consideraram que esse trabalho é administrativo, justificando suas respostas da seguinte forma:

É administrativo pois o trabalho de monitor é para auxiliar o professor em sala de aula e na higienização das crianças. Ao professor fica a função de planejar, de administrar aulas e atividades educativas, de preencher diário, fazer relatórios específicos e diversos e confeccionar materiais concretos. (**Professora P**).

O trabalho das monitoras é administrativo pois auxilia o professor em sala e na higienização das crianças. Ao professor cabe a função pedagógica de planejar, de preencher diário, fazer relatórios específicos e diversos, administrar aulas, elaborar e aplicar atividades educativas em sala. (**Professora R**).

Observando algumas das respostas da **Professora R**, podemos notar que ela compreende o trabalho das monitoras de maneira dissociada do seu, haja vista a manutenção da ideia de auxílio ao professor, por ela expressa mais de uma vez.

Assim, acreditamos ser necessário enfatizar que os servidores do setor administrativo são aqueles que, nas creches, desempenham suas funções quase que exclusivamente fora das salas de aula e em menor contato com as crianças (merendeiras, auxiliares de serviços gerais, porteiro). Já os servidores do setor pedagógico seriam aqueles que trabalham diretamente com as crianças, dentro e fora das salas de aula (nesse caso professoras e monitoras). Ainda assim, as monitoras são, por vezes, classificadas como pertencentes ao administrativo.

Contudo, destaca-se que: “[...] mesmo aquele que esteja numa posição de auxiliar de professor, por exemplo, compõe a equipe pedagógica e desempenha atividade docente,

devendo ter a formação em magistério”. (AQUINO, 2010 *apud* LOCATELLI, 2022. p. 97). Tão importante quanto a formação específica para esse trabalho, se faz o planejamento das atividades a serem desenvolvidas na EI, ação realizada somente pelas professoras e que, nessa perspectiva, contribui tanto para reforçar seu vínculo com o setor pedagógico, quanto para distanciar as monitoras deste.

É válido mencionar que as monitoras, por diversas vezes, assumem a posição de titular¹⁰ da sala e, mesmo sem planejamento, precisam conduzir as atividades de educar e cuidar das crianças. Nesse sentido, ratificamos nossa compreensão acerca da iminente necessidade de reconhecimento do trabalho das monitoras que compreende conjuntamente ações de cuidar e educar na educação infantil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este escrito se desenvolveu a partir de uma investigação pautada no olhar das monitoras e professoras de creche sobre a correlação entre o cuidar e o educar na Educação Infantil. Analisamos, em diálogo com teorias e documentos relevantes para esta etapa educacional, as compreensões e fundamentos que envolvem as percepções e práticas docentes nas creches municipais de Tocantinópolis (TO). As principais questões que permearam o desenvolvimento da pesquisa foram: Como as categorias cuidar e educar são compreendidas e se efetivam no cotidiano das creches municipais? Quais seus desdobramentos para a relação entre professoras e monitoras?

Através dos dados coletados com essas profissionais docentes e das vivências no cotidiano das creches municipais, observamos que as categorias cuidar e educar, ainda que bastante discutidas nas últimas décadas, carecem de maiores aprofundamentos no que se refere à sua inter-relação, o que corroboraria para a efetivação concreta dessa indissociabilidade. Em nosso entendimento, tais categorias ainda não se efetivam de maneira esclarecida para algumas das profissionais docentes do campo investigado. Essa imprecisão, exposta por professoras e monitoras, influencia diretamente em suas relações dentro das creches e corrobora, em nossa visão, para os seguintes desdobramentos:

Embora os documentos legais e demais obras/estudos sobre as duas categorias retratem a indissociabilidade de ambas, algumas profissionais (monitoras e professoras) ainda às concebem separadamente, seja em decorrência da estrutura organizacional das creches, que se apresenta fortemente instituída em suas percepções, dividindo o cuidar para um grupo de

¹⁰ Na ausência da professora, a monitora fica encarregada de direcionar as práticas pedagógicas e acompanhar as crianças. Sobre essa questão, ver Locatelli (2018).

sujeitas e o educar para outro; seja pelas interpretações acerca dos dois termos e que envolvem o seu trabalho. Apesar de não ser uma compreensão majoritária nestas instituições, ela revela, em certa medida, fragilidade na concepção de correlação entre o binômio educar-cuidar.

A relação entre monitoras e professoras de creche é permeada por uma dupla interpretação. De um lado existem aquelas que acreditam ser impossível desempenhar apenas atividades de cuidado ou de educação separadamente; destacam existir relação de cumplicidade e parceria em sala de aula e compreendem o seu trabalho “em pé de igualdade”, mesmo diante das diferenças salariais e de formação. De outro, há as que ainda defendem uma separação entre as suas práticas e acreditam que o trabalho das monitoras é apenas auxiliar ou complementar ao das professoras, não existindo equivalência entre estes. Em alguns casos, essas ainda enfatizam a segregação dispensada às monitoras com a ideia de que “A sala é da professora, a monitora também é da professora”, conforme a Monitora **S** expôs. Sintetizando as respostas das docentes, por uma pequena diferença percentual, prevalece a segunda interpretação, que se desdobra na evidente hierarquização do trabalho dessas profissionais, demonstrando que as professoras assumem maior grau de importância, em detrimento das monitoras. Por isso acreditamos serem fundamentais maiores reflexões e principalmente, ações de enfrentamento a essa percepção.

Há uma significativa carência no que diz respeito à associação entre as leis e propostas curriculares que norteiam o trabalho educacional na EI, principalmente quando se trata da percepção das monitoras. Embora grande parte dessas profissionais cite a BNCC e o RCNEI como documentos importantes, elas não conseguem pautar suas práticas a partir destes. Acreditamos que tal disparidade esteja atrelada ao planejamento pedagógico. O fato de não planejar pode contribuir, de certa forma, para que as monitoras tenham menor contato com essas orientações. Outro fator que, em nosso entendimento, reforça essa discrepância é a ausência de formações continuadas para docentes. Mesmo previstas no calendário letivo, tais formações ainda não foram realizadas no corrente ano.

A estrutura organizacional da educação infantil tocantinopolina corrobora para uma divisão entre o educar e o cuidar nas creches, refletida na separação entre o que é trabalho das monitoras e o que é trabalho das professoras, fato dissonante das prerrogativas previstas nos documentos legais que norteiam tais categorias para a educação infantil.

Assim, as análises realizadas nos levam a ressaltar a necessidade de propostas formativas contínuas para as profissionais da educação infantil contribuintes desta pesquisa, seja por meio das creches, seja através da secretaria municipal de educação. Consoante à efetivação de propostas formativas, é iminente o acompanhamento e cumprimento das

legislações educacionais por parte do poder público municipal no que se refere à valorização de todas as profissionais da Educação Infantil, bem como à garantia dos seus direitos.

Isto posto, reconhecemos o significado do trabalho docente realizado nas instituições educacionais infantis municipais e a influência que este exerce sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças atendidas. Por essa razão, preocupamo-nos em discutir a referida temática com urbanidade e congruência, acreditando que a Educação Infantil e seus agentes necessitam de maior atenção em âmbito municipal.

REFERÊNCIAS

- ANGOTTI, Maristela (org). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas/SP: Editora Alínea. 2008.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** MEC, Brasília. 2018.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 05/03/20122.
- BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CERISARA, Ana Beatriz. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? **Perspectiva.** Florianópolis, v. 17, n. Especial, p. 11 - 21, jul./dez. 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; e SUGITA, Kurumi. Cuidado e Cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão. Trad. Philippe Dietman. **Sociologia & Antropologia.** v.01.01: 151 – 180, 2011.
- KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil.** 14° ed. São Paulo: Ática, 2006.
- DUMONT-PENA, Érica. **Cuidar: relações sociais, técnicas e sentidos no contexto da Educação Infantil.** 153f. Tese. (Doutorado em Educação). Belo Horizonte, 2015.
- LOCATELLI, Arinalda Silva. **A emergência da educação infantil e o trabalho docente: um estudo da rede pública de ensino no norte do Tocantins.** 266f. Tese. (Doutorado em Educação). Belo Horizonte, 2018.

LOCATELLI, Arinalda Silva. **A Política de Formação Continuada no Contexto dos Planos Municipais de Educação**: o lugar das professoras auxiliares. In: LOCATELLI, Arinalda Silva; LOCATELLI, Cleomar (orgs.) A formação docente nos planos subnacionais de educação: especificidades do planejamento no Tocantins e nos municípios do norte do estado. Curitiba: CRV, 2022.

LOCATELLI, Arinalda Silva; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **O Trabalho das Professoras de Educação Infantil**: o cuidado como uma categoria social. In: RISCAROLLI, Eliseu (Org.) Docência e práticas: percursos, reflexões e experiências no cotidiano da educação. Curitiba: CRV, 2020.

MARANHÃO, Damaris Gomes; SARTI, Cynthia Andersen. Creche e Família: uma parceria necessária. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 171-194, jan./abr. 2008

OLIVEIRA, Tiago Grama de. **Docência e educação infantil**: condições de trabalho e profissão docente. Belo Horizonte, 2017.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n°33, p.78-95, mar. 2009.

PIETROBON, Sandra Regina Gardacho; UJIIE, Nájela Tavares. **A Prática Educativa na Educação Infantil**: organização do tempo/espço. REP - Revista Espaço Pedagógico, v. 14, n. 1, Passo Fundo, p. 231-240, jan. /jun. 2007.

TOCANTINÓPOLIS (TO). **Edital do Concurso Público de Tocantinópolis – TO n° 001/2016**. Prefeitura municipal da cidade de Tocantinópolis - TO, 14 de outubro de 2016.